

DA DESCOLONIZAÇÃO INACABADA AO LIMIAR DA INDEPENDÊNCIA

*Fernando Augusto Figueiredo**

Resumo: O “25 de Abril de 1974” encontrou o território de Timor-Leste numa situação de subdesenvolvimento, apesar das melhorias que, desde a segunda metade da década de 1960, muito por força da pressão internacional, ali haviam sido introduzidas.

No entanto, a herança portuguesa revelar-se-ia a vários níveis, serviria de diferenciação dos Timorenses de Leste perante o ocupante e, em larga medida, tem sido incorporada na identidade do novo Estado.

A criação de partidos políticos, com a descolonização, por falta de experiência e de verdadeiras elites, conduziu a uma cerrada luta política, que Portugal não conseguiu tutelar e que a Indonésia aproveitou para concretizar um desígnio que, desde a sua formação, animava sobretudo o sector militar. Por sua vez, a Austrália, no imediato, tentou não se comprometer directamente; mas, posteriormente, apoiou a anexação.

A retirada de Portugal, sem que o processo de descolonização do território houvesse terminado, e a conjuntura internacional, possibilitaram uma anexação e uma ocupação violentas, contrariadas por uma resistência que surpreendeu o mundo.

Portugal conseguiu depois, interna e externamente, manter viva a “Questão de Timor-Leste”, participando simultaneamente em conversações com a Indonésia, sob patrocínio da ONU, que culminaram com o acordo e o referendo de 1999. Entretanto, a diáspora timorense encontrou vários tipos de ajuda em Portugal, para os que ficaram e para os que procuravam outros destinos, sobretudo a Austrália.

A construção do novo país tem contado com uma significativa ajuda oficial, multilateral e bilateral, da antiga Metrópole, mas também de organismos autónomos e da iniciativa privada.

* Doutor em História. Investigador.

I. A DESCOLONIZAÇÃO INACABADA (1975)

1. Os vários actos do drama da separação

Nas bases do Programa do MFA (Movimento das Forças Armadas), que desencadeou o “25 de Abril de 1974”, em Portugal, a descolonização era um dos três propósitos a que o Movimento se propunha: Descolonizar, Democratizar e Desenvolver.

O facto de em Timor não haver guerra parecia propiciar mais tempo para negociar e preparar a saída da administração colonial. Mas, vários factores, internos e externos, haviam de tornar a situação complexa.

Durante o mês de Maio de 1974, surgiram as primeiras associações políticas timorenses: a UDT (União Democrática Timorense), a ASDT (Associação Social-Democrata Timorense) e a APODETI (Associação Popular Democrática Timorense)¹. Esta última defendia uma integração, com autonomia, na Indonésia². Por sua vez, enquanto a UDT, num primeiro momento, preconizava uma ligação a Portugal; a ASDT, tornada depois FRETILIN (Frente Revolucionária de Timor-Leste Independente), desde o início, advogava uma independência total e imediata.

O estatuto de Timor (Cap. XI da *Carta das Nações Unidas*) era o de um território não autónomo, devendo a potência administrante prepará-lo para um autogoverno. Para tal, o governador Lemos Pires (1974-1975) traçou três linhas prioritárias: definição da política de descolonização; ajustamento da administração; e reestruturação da força militar (Pires, 1994).

O receio de uma intervenção indonésia, através da APODETI, bem como as notícias de que o primeiro-ministro australiano Gough Whitlam se recusava a dar apoio à independência de Timor-Leste, levaram

¹ As outras formações políticas, surgidas após o “25 de Abril de 1974”, eram: O *Klibur Oan Timur Aswain* (KOTA – Filhos dos Guerreiros da Montanha), originalmente conhecida por Associação Popular Monárquica Timorense, criada em 31 de Outubro de 1974; o Partido Trabalhista (PT), antes conhecido por Movimento Trabalhista Democrático Timorense, fundado em 5 de Setembro de 1974; e a Associação Democrática para a Integração de Timor-Leste na Austrália (ADITLA), criada em 3 de Março de 1975, mas que foi desmantelada após a demarcação do Governo australiano do movimento.

² Associação Popular Democrática Timorense. *A Voz de Timor*, 728 (6), 3.

a FRETILIN e a UDT, em 25 Janeiro de 1975, a fazer uma coligação, com vista à concretização deste objectivo.

Em princípios de Maio de 1975, foi criada localmente a Comissão de Descolonização de Timor (CDT), cuja função principal era “coordenar, acompanhar e incentivar o processo de descolonização”³. Foi também apresentado aos três principais partidos um projecto sobre o gradual processo de descolonização previsto. Mas, nessa altura, já parecia difícil uma harmonização.

Com efeito, a pressão exterior e outros factores, entre os quais: a falta de maior empenhamento de Portugal, o voluntarismo da FRETILIN e a propaganda indonésia, levaram a UDT, a 27 de Maio de 1975, a romper a coligação.

Posteriormente, na reunião de Lisboa do “Comité dos 24”, entre 12 e 17 de Junho, estiveram presentes representantes da Indonésia e de Portugal, reafirmando os dois países o respeito pela vontade do povo timorense (Carrascalão, 2002). Todavia, os esforços das autoridades não encontraram eco nas forças partidárias locais.

O passo seguinte foi dado a 26 do mesmo mês, com a Cimeira de Macau, à qual não compareceu a FRETILIN. Nela ficaram delineados o calendário de descolonização e o estatuto especial para o período de transição, proporcionando-se à população escolher apenas entre duas alternativas: a independência ou a integração na Indonésia, pois a soberania portuguesa deveria terminar em Outubro de 1978 (Idem, 2002).

Assim, em 11 de Julho de 1975, foi publicada a lei 7/75, que previa a nomeação de um alto-comissário português e a eleição de uma Assembleia Popular de Timor (Pires, 1994). Demasiado tarde.

Cerca de um mês depois, a UDT desencadeou um golpe militar “Operação Sakonar”, para tomar o poder pela força. Entretanto, formara um Governo provisório.

A FRETILIN, marginalizada, reagiu. Os militares portugueses mantiveram-se na expectativa, pois o governador queria negociar. Mas sem sucesso. No dia seguinte, as tropas naturais aderiram à FRETILIN que, a 20 de Agosto, contra-atacou.

Querendo manter-se imparcial e neutral, o governador Lemos Pires foi ultrapassado pela acção da FRETILIN. Sem apoio do Governo central ou qualquer outro, na noite de 26 de Agosto, saiu de Díli e

³ Decreto Provincial n.º 13/75. *Boletim Oficial de Timor*, 9 (5).

refugiou-se em Ataúro, onde simbolicamente se manteve ainda por algum tempo a presença portuguesa.

Na retirada, a UDT fizera reféns militares portugueses e alguns civis, usados depois pela Indonésia para pressionar Portugal nas conversações. Foram libertados em 1976, por intermédio da Cruz Vermelha, os 23 militares portugueses que tinha então na sua posse (Quadro 1) e 558 civis, timorenses e chineses (Fernandes, 2010).

Quadro 1. Militares portugueses feitos prisioneiros pela Indonésia (1975)

POSTO	NOME
Major	António Ivo do Nascimento Viçoso
Capitão	Alfredo Gonçalves Farinha Ferreira
“	Mário Delfim Tavares de Almeida
Oficial subalterno (Alferes)	António Carlos Marques Cabral
“	Benjamim dos Santos Barroso
“	José C. Dias Tavares
“	Henrique António Pereira Mestre
“	Hernâni Joaquim dos Santos Pedro
“	Rui Manuel Baptista da Palma Carlos
1.º Sargento	Francisco Augusto
“	José Pedro Miguel Camilo
Sargento (Furriel)	António Luís Soares Florindo
“	Daniel Francisco Silva Coelho Moura
“	Guilherme Alberto Marco Vieira
“	José António Matos Cristóvão
“	José Manuel Fernandes Sousa Gomes
“	José Manuel Moreira Andrade
“	José Manuel R. S. Raimundo
“	Luís Manuel Barata de Carvalho
“	Manuel Lopes Novo
“	Manuel Pereira Duarte
“	Rui Manuel Carvalho Cruz
1.º Cabo	José Albano Carreira Dias Correia
Total	23 Militares

Fonte: National Archives (NA) – London, *Portuguese Timor-East Timor*, “FCO 15/1708: Political Situation in East Timor; including death of journalists at Balibo (1975)”, Anexo: “List of Imprisoned Military”.

Desde Setembro de 1975, as forças indonésias, que já haviam entrado em Oé-Cússi, foram criando um clima de intimidação e de perseguição; e, no mês seguinte, tomaram Batugadé, Balibó e Maliana, sem qualquer protesto do Governo português.

No entanto, no Encontro de Roma (1 e 2 de Novembro), que constituiu uma última tentativa entre a diplomacia portuguesa e a Indonésia, ainda os responsáveis indonésios garantiam o seu empenhamento numa descolonização ordeira em Timor.

Perante o avanço indonésio, a inércia da ONU e a passividade do Governo português em Ataúro, a 28 de Novembro de 1975, a FRETILIN fez a declaração unilateral de independência, não reconhecida por Portugal nem pela ONU, sendo dada ao território a designação de República Democrática de Timor-Leste (RDTL).

Com a acção da FRETILIN e o refúgio dos principais dirigentes de outros partidos em Timor Ocidental, criaram-se condições para a Indonésia, a 30 de Novembro de 1975, levar seis dirigentes dos quatro partidos a assinarem a “Declaração de Balibó”, declarando formalmente a sua aceitação de integração do território na Indonésia⁴. Com ou sem coacção, a Indonésia usá-la-ia muitas vezes para tentar legitimar a intervenção.

Em 7 de Dezembro de 1975, com o aval dos Estados Unidos da América, a Indonésia desencadeou a fase militar da *Operasi Komodo* (Crocodilo Gigante), destinada a anexar Timor português. Designada *Operasi Seroja* (Lotus), envolveu a invasão de Timor Oriental por terra, mar e ar, iniciando assim uma ocupação violenta.

Para muitas forças indonésias, nomeadamente o sector militar, concretizava-se, assim, um desígnio, com a anexação de Timor Oriental na República Indonésia.

Com a invasão de Timor, a partir de 8 de Dezembro de 1975, Portugal cortou todo o tipo de relações diplomáticas com a Indonésia.

Em 22 do mesmo mês, o Conselho de Segurança da ONU – pela Resolução 384.^a – exigiu, por unanimidade, a retirada de todas as tropas indonésias de Timor Oriental, ao mesmo tempo que reiterava ao

⁴ NA, *Portuguese Timor-East Timor*, “FCO15/1708: Political situation in East Timor; including death of journalists at Balibo (1975)”, telegrama n.º 2231, confidencial, de Missão do Reino Unido em Nova York para o *Foreign Office*, Nova York, 17 de Dezembro de 1975, Anexo.

seu povo o direito à livre autodeterminação, de acordo com a resolução 1514 (XV) da Assembleia Geral. Mas, em vão.

Só após mais de duas décadas pelas instâncias internacionais e de resistência local, o processo de autodeterminação seria verdadeiramente retomado pela ONU em 1999, culminando com a independência de Timor-Leste em 20 de Maio de 2002.

2. A herança portuguesa

A este propósito, referem-se sucintamente apenas alguns aspectos essenciais.

No que respeita à **estrutura administrativa**, assente, a partir de 1973, em 13 concelhos, com pequenos ajustamentos na região Ainaro/Manufahi, serão os mesmos transformados depois em outros tantos distritos.

No que se refere ao diversificado sector da **economia**, diga-se o seguinte:

Em 1975, o processo das negociações entre Portugal e a Austrália, para a definição da fronteira marítima de Timor, foi interrompido com a invasão do território, deixando pendente a questão conhecida por *Timor Gap*.

No final da presença portuguesa, o sector agrícola absorvia ainda 90% da população activa de Timor. Predominava a economia de subsistência.

Em 1973, as importações representavam 249.658 contos, contra 169.387 contos de exportações. Estas assentavam sobretudo no café (92%) e na copra (3,8%). Já as importações abrangiam desde produtos alimentares essenciais à maquinaria, passando por materiais de construção, combustíveis, fio e tecidos (Aldeia, 1973).

O comércio com a Metrópole tinha então a expressão a que se refere o Quadro 2.

Quadro 2. Comércio de Timor com a Metrópole (1973)

Exportações		Importações		Saldo (Contos)
Toneladas	Contos	Toneladas	Contos	
644	16.154	3039	60.273	44.119

Fonte: Portugal. *Anuário Estatístico*, vol. II – Territórios Ultramarinos – 1973.

Era uma fraca troca comercial, mas favorável à Metrópole.

Em 1972, a **dívida pública** de Timor à Metrópole era de 25.983 contos⁵. Resultava de empréstimos. Efectivamente, a manutenção de Timor custava caro a Portugal e **só razões de política ultramarina** a justificavam.

Do **património construído**, sobressaem ainda alguns edifícios públicos e habitações particulares. Há também monumentos religiosos e memoriais. Já a rede viária era muito deficiente e dispunha apenas de 32 quilómetros de estrada asfaltada.

No que respeita à **Demografia e Sociedade**, refira-se o seguinte:

Em 1974, o recenseamento indicava 668.711 pessoas. Na altura da invasão indonésia, o número de residentes estaria compreendido entre 663.000 e 700.000 (Chrystello, 1999; Aves, 1998).

Os timorenses constituíam a maioria dos habitantes quer de Díli quer do interior. Devido à fraca acção assimiladora, a grande maioria da população do território tinha um nível de vida que **não diferia notoriamente** da dos seus vizinhos oceânicos e asiáticos.

No que se refere à **organização eclesiástica**, em 1973, a mesma assentava em 16 missões e três paróquias⁶. A estrutura cobria praticamente todo o território, que tinha apenas a diocese de Díli.

Numa população de cerca de 680 mil indivíduos, só 220 mil eram oficialmente católicos (Cox, Carey, 1995). De facto, abrangendo apenas cerca de um terço dos Timorenses, a cristianização ficava muito aquém do que seria de esperar.

No que se refere ao **ensino**, nos finais da presença portuguesa, apenas 10% da população (65 mil pessoas) estava alfabetizada, em língua portuguesa, e somente 0,25 possuíam uma educação secundária e superior (Idem, 1995).

A promoção social dos timorenses por esta via revelou-se escassa, o que teve repercussões, a vários níveis: reduzida participação na administração colonial, quase inexistência de elites e fraco empenhamento das populações na vida cívica.

No sector da **Saúde e Assistência**, no fim da presença portuguesa, havia apenas um médico por 27 mil habitantes (Idem, 1995).

⁵ *Portugal. Anuário Estatístico*, vol. II – *Territórios Ultramarinos – 1973*, 253.

⁶ Manuel Teixeira. (1974). Missões de Timor. *Boletim Eclesiástico da Diocese de Macau (BEDM)*, 841 (LXXII), 837.

Tal não favorece a apreciação da administração portuguesa, que considerava a assistência sanitária às populações nativas como um elemento essencial da colonização e do progresso.

Refira-se ainda a influência que a longa presença portuguesa deixou, no que respeita à **língua**, aos **costumes**, às **tradições**, às **práticas** nos mais diversos domínios, ao **sentido universalista** que a colonização lusíada comportava, mas também aos **vícios burocráticos** e outros.

A ocupação indonésia não conseguiu apagar os traços fundamentais dessa influência. A própria Resistência timorense, muitas vezes, fez dela um sinal de diferenciação perante o ocupante. Também na organização do novo Estado, as elites timorenses têm-na incorporado como um traço importante da sua identidade nacional.

II. POSIÇÃO PORTUGUESA DURANTE A OCUPAÇÃO INDONÉSIA (1975-1999)

1. Resoluções e Diligências das entidades nacionais e da sociedade civil

A diplomacia portuguesa, nos anos imediatos à invasão, apesar de algumas posições de princípio e de acções junto da ONU, deixou arrastar bastante a situação.

Só em 1982, a Assembleia da República decidiu constituir uma Comissão Eventual para Acompanhamento da Situação em Timor-Leste (CEASTL).

Posteriormente, com a adesão à então CEE, em 1 de Janeiro de 1986, o país aproveitou esta grande tribuna para que a “Questão de Timor-Leste” tivesse outra visibilidade e apoio, e para tentar alterar o sentido de voto na ONU, de alguns países ocidentais, a favor da auto-determinação de Timor-Leste.

No mesmo ano, Portugal foi nomeado presidente da Comissão das Nações Unidas para os Direitos Humanos, em Genebra, tendo conseguido reintroduzir na agenda, para 1987, a “Questão de Timor-Leste”, que havia sido retirada dois anos antes.

Ainda em 1986, a 4.^a CEAST efectuou o primeiro enquadramento histórico da “Questão de Timor-Leste”, afirmando:

- 1 – Portugal continua vinculado às responsabilidades que lhe incumbem, de harmonia com o Direito Internacional, de promover e garantir o direito à independência de Timor-Leste.
- 2 – Compete ao Presidente da República e ao Governo praticar todos os actos necessários à realização dos objectivos expressos no número anterior⁷.

Nos anos seguintes, em Portugal, a “Questão de Timor-Leste” continuava a agitar a opinião pública e a mobilizar as instituições.

No início de 1989, a CEASTL aprovou um programa de actividades, que incluía a elaboração de um “Livro Negro”. Posteriormente, definiu e aprovou as “condições mínimas” para a concretização de uma visita parlamentar ao território, a convite da Indonésia. Simultaneamente, a diplomacia levava a “Questão de Timor-Leste” às instâncias internacionais. O ano terminou, com a Assembleia da República a proclamar o dia 7 de Dezembro como “Dia Nacional de Solidariedade com Timor-Leste”⁸.

Em Abril de 1991, a CEASTL pediu ao Governo a clarificação da estratégia das negociações com a Indonésia, incluindo ou não timorenses. No mesmo mês, iniciou-se em Lisboa um encontro de Grupos de Solidariedade com o povo de Timor-Leste, com delegados de países da Europa Ocidental⁹.

A partir do massacre do Cemitério de Santa Cruz, em 12 de Novembro de 1991, a “Questão de Timor-Leste” havia de ganhar uma nova força, nomeadamente em Portugal, destacando-se a “Conferência Interparlamentar de Lisboa por Timor-Leste”.

Esta Conferência, de 31 de Maio a 2 de Junho de 1995, saiu a “Declaração de Lisboa”, na qual: se exortava a Indonésia a cumprir as resoluções da ONU; se apelava à ONU para assegurar o respeito pelos direitos humanos no território; e se alertavam os seus Estados membros, para a necessidade urgente de se encontrar uma solução

⁷ A “Questão de Timor-Leste” esteve presente nas quatro revisões da Constituição da República Portuguesa, ocorridas até 1999 (1982, 1989, 1992 e 1997).

⁸ Portugal. Assembleia da República. Biblioteca. (1991). *Timor-Leste: Factos e Documentos / Biblioteca da Assembleia da República – Vol. I – Factos (1988-1991)*. Lisboa: Assembleia da República, XLVII, XLVIII, LIV e LXXVII.

⁹ *Ibid.*, LXXXVII.

internacionalmente aceitável, quanto à autodeterminação do povo de Timor-Leste¹⁰.

Ao longo destes anos, vários deputados portugueses intervieram em diversas mesas-redondas para debater a “Questão de Timor-Leste”, e membros das diferentes CEASTL participaram nas Jornadas de Timor da Universidade do Porto.

Deve ainda referir-se a iniciativa da equipa da revista Forum Estudante que, nos princípios de 1992, fez deslocar o barco Lusitânia Expresso até às águas territoriais de Timor, mobilizando 120 estudantes, de 23 países, com o apoio de várias figuras públicas. Interceptado por barcos de guerra indonésios, o navio foi obrigado a regressar a Portugal. Mas, a acção mobilizou as atenções da imprensa internacional.

2. Intervenção nos organismos internacionais

A ONU nunca aceitou a anexação indonésia de Timor-Leste, considerando sempre Portugal como potência administrante desse “território não autogovernado”.

No entanto, só lenta e tardiamente cumpriria a sua parte, apesar das Diligências feitas por Portugal, perante o “acto de agressão” da Indonésia¹¹.

Apesar das resoluções da ONU de 1975 e de 1976 (389.^a, de 22 de Abril), a 17 de Julho de 1976, um projecto de lei, aprovado por unanimidade no Parlamento indonésio, foi assinado pelo Presidente Suharto, incorporando, oficialmente, o território de Timor-Leste na Indonésia, constituindo a sua 27.^a província.

Nos anos imediatos, as resoluções da ONU eram aprovadas com menor amplitude, o que se tornara mais confortável para o Governo da Indonésia.

Entre 1982 e 1989, não houve votação na ONU do caso de Timor. Mas o secretário-geral presidiu a negociações entre Portugal e a Indonésia, iniciadas em 1983, na perspectiva de que o assunto era uma

¹⁰ 25 (Os) Anos da “Questão de Timor-Leste” no Parlamento Português. (2000 e 2002). Lisboa: Assembleia da República, 1, 649.

¹¹ Cf. NA, *Portuguese Timor-East Timor*, “FCO15/1707: Political Situation in East Timor; including death of journalists at Balibo (1975)”, ofício n.º 149, da Missão Permanente de Portugal junto das Nações Unidas para o secretário-geral das Nações Unidas, Nova York, 24 de Dezembro de 1975.

matéria de descolonização, devendo envolver Portugal, a Indonésia e os Timorenses.

Quanto à prevista visita parlamentar, os indícios de que os Timorenses iam aproveitar o momento para se manifestarem contra a ocupação, e o receio de que o evento se transformasse numa denúncia dos crimes perpetrados, levaram os generais indonésios a forçar o Governo a encontrar um pretexto para a impedir, que recaiu no veto da ida da jornalista australiana, Jill Jolliffe. A intransigência levou o secretário-geral a adiar a visita *sine die* (Magalhães, 1992).

Em reacção ao massacre de Santa Cruz, destaquem-se as Diligências diplomáticas do Governo português, repercutidas na declaração do Conselho de Ministros da CEE, de 3 de Dezembro de 1991; e as iniciativas do Presidente da República, enviando cartas ao Papa, ao Presidente dos Estados Unidos da América e a outros Chefes de Estado, alertando para a grave situação em Timor-Leste.

Em 1992, foram retomadas as morosas e difíceis negociações entre a diplomacia portuguesa e a indonésia, sob a égide do secretário-geral da ONU, enquanto alguns líderes locais, pró e anti-integracionistas, e o bispo Ximenes Belo e outros membros do clero, iam sendo também consultados (Cox, Carey, 1995).

Por seu lado, na sequência de algumas acções conduzidas ou patrocinadas pela ONU, uma resolução apresentada pela União Europeia e aprovada em 10 de Março de 1993, revelando “profunda preocupação” pelos persistentes abusos dos direitos humanos no território, e sendo também apoiada pela administração norte-americana de Clinton, revelar-se-ia essencial.

Os Acordos de Timor-Leste, de 5 Maio de 1999, celebrados entre Portugal e Indonésia, sob a égide do secretário-geral da ONU, conduziram à votação e escolha dos Timorenses sobre o seu futuro.

Com efeito, ao fim de tantos anos de luta diplomática e de guerrilha, em 1999, reuniram-se condições únicas, a nível mundial, regional e local, para que a causa timorense tivesse o melhor desfecho que, as populações, em referendo, decidiram ser a independência.

3. Apoio aos timorenses da diáspora

Desde 1976 até 1999, assistiu-se a um movimento contínuo migratório de timorenses para Portugal, aqui residindo, no final deste

período, entre 1500 e 2000 indivíduos naturais de Timor-Leste ou de ascendência timorense.

Desde 1977, o itinerário seguido pela maioria dos timorenses contemplou duas etapas distintas: Timor-Portugal e Portugal-Austrália (Viegas, 1998).

A passagem temporária por Portugal ou a fixação no país resultava, largamente, do facto de todos os Timorenses continuarem a ser reconhecidos como Portugueses.

Os tipos de apoio social, facultados aos naturais de Timor-Leste, podem agrupar-se em quatro períodos, coincidentes com os movimentos de chegada a Portugal:

Primeiro período (Julho/1976 a finais de 1977) – A ajuda teve um carácter de emergência, assegurada pelo Instituto de Apoio ao Retorno de Nacionais (IARN), na categoria de “portugueses desalojados” (Idem, 1998).

Segundo período (1978-1981) – Inicialmente, o apoio foi garantido pela Comissão de Apoio aos Retornados (CAR), em ligação com o IARN, e com o Fundo de Fomento de Habitação. Com o afluxo de novos refugiados, a ajuda envolveu o Instituto da Família e Acção Social (IFAS) e a Santa Casa da Misericórdia de Lisboa (SCML). Após a extinção do IARN (1980), a Comissão de Refugiados Timorenses (CRT) assumiu as suas competências. No ano seguinte, o Centro Regional de Segurança Social de Lisboa ficou com a responsabilidade exclusiva de todo o tipo de apoio (Idem, 1998).

Terceiro período (Dezembro/1981-Junho/1990) – Em Dezembro de 1981, foi criado o Núcleo de Apoio aos Timorenses (NAT), dependente do Centro Regional de Segurança de Lisboa, ficando as respectivas acções limitadas à sua permanência em Portugal. A assistência incluía vários regimes de protecção específica (Idem, 1998).

Quarto período (Julho 1990-Dezembro 1997) – Dadas as condições atribuladas em que os refugiados abandonaram o território, várias ONGs e instituições governamentais, empenharam-se em lhes facilitar o acolhimento e a inserção em Portugal.

Em 1995, foi criada a Comissão Interministerial para o Acolhimento e Inserção da Comunidade Timorense, sob a tutela do Ministério da Solidariedade e Segurança Social, que promoveu melhorias a vários níveis. Posteriormente, instituiu-se a Comissão Permanente para o Acolhimento e Inserção da Comunidade Timorense, a trabalhar

em articulação com um Gabinete Técnico de Apoio, constituído por vários especialistas.

Ao nível das ONG portuguesas, deu-se a criação, em Dezembro de 1995, do Centro para a Cidadania Timorense (CCT), promovido por duas associações sem fins lucrativos – o Centro de Informação e Documentação Amílcar Cabral (CIDAC) e a Comissão para os Direitos do Povo Maubere (CDPM). Visavam sobretudo apoiar a criação das condições para a promoção da saúde, a aprendizagem da língua portuguesa e a obtenção de documentos de identificação para os que chegavam (Idem, 1998).

Quanto ao associativismo da comunidade timorense, refira-se que, ao longo destes anos, se constituíram várias associações, de acordo com interesses, sensibilidades e disponibilização de apoios. Tiveram um impacto diferente, no interior da comunidade, no diálogo com a sociedade portuguesa, na promoção da cultura timorense e das condições de vida desta população, e na defesa da causa de Timor-Leste no exterior.

De todo este envolvimento, ressaltam três campos principais de intervenção: o social, o cultural e o político (Idem, 1998).

Com efeito, o movimento associativo desempenhou um importante papel, promovendo a convergência de vários esforços e acções.

III. AJUDA PORTUGUESA NO PERÍODO DE TRANSIÇÃO (1999-2001)

1. Através da cooperação internacional

No imediato pós-referendo, além de uma ajuda bilateral de países, organismos, instituições e empresas, Timor-Leste pôde contar com o apoio de um vasto conjunto de ONGs e de Organizações Comunitárias de Base (OCBs).

Em Dezembro de 1999, os doadores de fundos, reunidos em Tóquio, acordaram em colocar à disposição do desenvolvimento e da reconstrução de Timor-Leste, US\$522 milhões (Bouvier, Vanderput, 2001).

A maioria da ajuda era bilateral (83%). No plano multilateral, a União Europeia já se destacava, prestando de 1999 a 2002, sobretudo ajuda humanitária¹².

Para além da União Europeia, os doadores multilaterais de Timor-Leste incluíam o Banco Asiático de Desenvolvimento (BAD) e o Banco Mundial (BM)¹³.

No quadro multilateral, Portugal apoiou, desde 1999, esta última organização, com um contributo de US\$50 milhões, que foi administrado conjuntamente pelo BM e pelo BAD e se destinava a projectos nas áreas da agricultura, do desenvolvimento sociocomunitário, da educação, da saúde, do sector petrolífero, do sector privado, e da gestão da Administração Pública¹⁴. Era esta, principalmente, a parte multilateral da cooperação portuguesa.

2. Cooperação bilateral: oficial e não oficial

A nível oficial, a CEASTL, depois do Referendo de 1999, continuou a seguir a evolução do processo de Timor-Leste.

Associando-se às acções para apoio humanitário a Timor-Leste, em Setembro de 1999, a Assembleia da República concedeu uma ajuda financeira no valor de 50.000.000\$00 e, já em 2000 e em sede do Orçamento do Estado, aprovou a proposta do Governo, que permitia que este atribuísse também uma verba a Timor-Leste.

Em Reunião Plenária de 15 de Março de 2000, decidia-se ainda que, nesse ano, em estreita articulação com a Administração Transitória das Nações Unidas para Timor-Leste (UNTAET) e no quadro do Programa Conjunto de Reconstrução de Timor-Leste, o Governo, para além das contribuições de carácter multilateral, prepararia e executaria, através do MNE, um programa de apoio à transição em Timor-Leste.

A Comissão Eventual deliberou também a deslocação de uma delegação sua ao território, que teve lugar em Abril de 2000. Esta CEASTL fez assinalar a sua passagem por Timor-Leste com a entrega

¹² *Cooperação Portuguesa: Uma leitura dos últimos quinze anos de cooperação para o desenvolvimento – 1996-2010. (2011). Lisboa: IPAD, 414-415.*

¹³ *Ibid.*, 415.

¹⁴ *Ibid.*, 427.

de um donativo no valor de 6000 contos, com destino directo às populações mais carenciadas¹⁵.

Em 23 de Novembro de 2000, foi aprovada a ida de uma nova delegação, com passagem pela Austrália e pela Indonésia. Saiu de Lisboa a 22 de Fevereiro de 2001.

Em Timor-Leste, os objectivos da visita eram: avaliar a evolução da situação; estabelecer contactos vários e colher opiniões de sensibilidades diversas, particularmente sobre o processo político; e reiterar o apoio de Portugal.

No que toca à participação portuguesa no esforço das mudanças, destacava-se o papel das forças armadas nas *Peace Keeping Force* (PKF).

Também a acção da PSP, integrada na Polícia Civil das Nações Unidas em Timor (CIVPOL), era realçada pelo papel que estava a ter na formação do corpo de polícia timorense; bem como o da GNR, por se lhe reconhecer ter criado na população o sentimento de que não havia impunidade para quem cometia desmandos¹⁶.

A cooperação bilateral portuguesa com Timor-Leste, encetada após o referendo de 1999, no contexto da Ajuda Pública ao Desenvolvimento (APD), numa primeira fase, entre 1999 e 2002, caracterizou-se pela assistência humanitária de emergência, sendo Portugal então o maior doador. Em 1999, o montante foi de 62.067.503 euros; em 2000, de 57.097.824 euros; e, em 2001, atingiu 64.707.703 euros¹⁷.

No que respeitava à cooperação (bilateral e multilateral) de Portugal, para 2001, o montante total era de 152,2 milhões de USD¹⁸.

Concluía a delegação que a contribuição de Portugal era ainda superior, por ficarem de fora a cooperação de certos sectores do

¹⁵ (Os) *Anos da “Questão de Timor-Leste” no Parlamento Português*. (2000 e 2002), 2, 232.

¹⁶ Comissão Eventual de Acompanhamento da Situação em Timor-Leste – Assembleia da República. (2001). *Relatório da Visita de Uma Delegação da 8.ª Comissão Eventual de Acompanhamento da Situação em Timor-Leste à Austrália, à Indonésia e a Timor-Leste de 22 de Fevereiro a 8 de Março de 2001*. Lisboa: Assembleia da República, 24-26.

¹⁷ http://www.ipad.mne.gov.pt/index.php?option=com_content&task=view&id=91&Itemid=122.

¹⁸ Comissão Eventual de Acompanhamento da Situação em Timor-Leste – Assembleia da República. (2001). *Op. Cit.*, 32.

Estado, como a própria Assembleia da República (com técnicos superiores e equipamento informático), de autarquias (mais de 20 com programas de cooperação), da sociedade civil, etc.¹⁹

No âmbito da cooperação bilateral, inseria-se a Missão Agrícola Portuguesa – Programa para a Agricultura (PA) –, a operar no terreno desde 1999.

Assim, a cooperação institucional portuguesa, representando um esforço significativo, constituiu uma ajuda assinalável para o país que nascia.

No âmbito da iniciativa privada, refira-se o caso da Delta Cafés que, em 2000, entrou em Timor-Leste, para colaborar no desenvolvimento do potencial do café, pela aquisição desse produto e valorização das estruturas locais.

Em resultado do trabalho realizado, a Delta Cafés foi convidada pelas estruturas do governo da UNTAET e do CNRT a juntar-se aos seus representantes na “Timor Coffee Board”, desenvolvendo projectos ligados à obtenção da certificação internacional do Café Timor como café Orgânico/Biológico. Entretanto, foram consolidados os relacionamentos necessários à compra do Café Timor.

Desta intervenção resultou o desenvolvimento do café-padrão para a criação do “Timor Standard” e “Timor Groumet”, com vista à obtenção da certificação internacional do café de Origem Timor. Em consequência, desde 2002, a Norma Internacional de Classificação de Tamanhos, adoptada pela Delta Cafés, passou a ser seguida pela generalidade das empresas de preparação de café a operar em Timor.

Em termos sociais, a Delta Cafés iniciou um processo de Certificação de Responsabilidade Social, de acordo com a norma SA 8000. Essa certificação foi obtida já em 2003, com o projecto “Timor DIAK”.

No âmbito da educação, a Delta Cafés propôs-se participar no “melhoramento, reabilitação e construção” de infra-estruturas escolares nas regiões produtoras de café.

Com o mesmo fim, foi lançada a campanha “Um Café por Timor”, mediante a qual, por cada embalagem deste produto, a Delta Cafés enviava para Timor-Leste 50\$00, destinando-se a importância assim obtida a criar infra-estruturas de apoio à população, designadamente

¹⁹ Idem, *ibid.*, 33.

a construção e melhoramento de escolas. Permitiu também melhorar o comércio do café e trouxe benefícios à sua distribuição²⁰.

Nesta fase, o apoio, dirigido sobretudo ao sector do café, foi inestimável.

BIBLIOGRAFIA

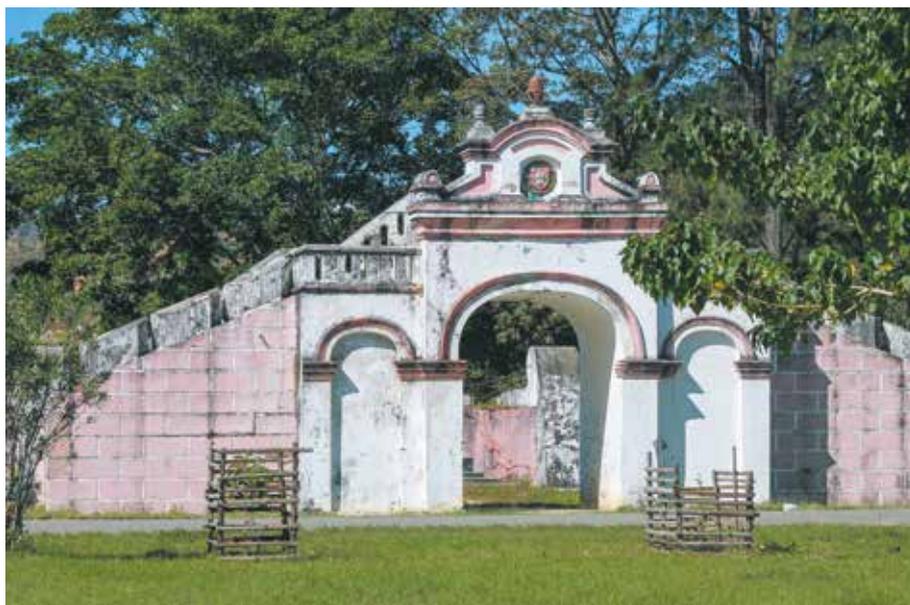
- ALDEIA, Fernando Alves. (1973). *Timor na Esteira do Progresso*. Discurso proferido na sessão de abertura da Assembleia Legislativa e da Junta Provincial, em Díli, no dia 29 de Maio de 1973. Lisboa: Agência Lusitânia.
- ALVES, Manuel Costa. (1998). *Voltar a Timor*. Lisboa: Gradiva.
- ANTUNES, Célia. (2005). Os Timorenses em Portugal: motivações e objectivos. *Revista Oriente*. Lisboa: Fundação Oriente, 11 (4), 104-118.
- BARATA, Filipe José Freire Themudo. (1998). *Timor Contemporâneo: Da Primeira Ameaça Indonésia ao Nascer de uma Nação*. Lisboa: Equilíbrio Editorial, Lda.
- BOUVIER, Paule & VANDERPUT, Kerstine. (2001). *Timor Oriental: Le Combat d'un Peuple – Essai d'analyse politique*. Paris: L'Harmattan.
- CARRASCALÃO, Maria Ângela. (2002). *Timor – Os Anos da Resistência*. Queluz: Mensagem.
- CHRYSTELLO, J. Chris. (1999). *Timor-Leste: 1973-1975, o Dossier Secreto*. Matosinhos: Contemporânea Editora.
- Comissão Eventual de Acompanhamento da Situação em Timor-Leste – Assembleia da República. (2001). *Relatório da Visita de Uma Delegação da 8.ª Comissão Eventual de Acompanhamento da Situação em Timor-Leste à Austrália, à Indonésia e a Timor-Leste de 22 de Fevereiro a 8 de Março de 2001*. Lisboa: Assembleia da República.
- Cooperação Portuguesa: Uma leitura dos últimos quinze anos de cooperação para o desenvolvimento – 1996-2010*. (2011). Lisboa: IPAD.
- COX, Steve & CAREY, Pete. (1995). *Timor-Leste – Gerações de Resistência*. Lisboa: Editorial Caminho, SA.
- FERNANDES, Moisés Silva. (2007). A Preponderância dos Factores Exógenos na Rejeição do Plano Português de Descolonização para Timor-Leste, 1974-1975. *Revista Negócios Estrangeiros*. Lisboa: Instituto Diplomático do Ministério dos Negócios Estrangeiros, 10 (2), 90-171.
- GUNN, Geoffrey C. (1997). (1999). *Timor Loro Sae: 500 Anos*. Macau: Livros do Oriente.
- JOLLIFFE, Jill. (1989). *Timor, Terra Sangrenta*. Lisboa: Edições “O Jornal”.

²⁰ Informação disponibilizada por responsáveis da empresa.

- MAGALHÃES, António Barbedo de. (1992). *Timor-Leste: Ocupação Indonésia e Genocídio*. Porto: Universidade do Porto.
- MARKER, Jamsheed. (2009). *East Timor – A Memory of the Negotiations for Independence / Timor-Leste – Relato das Negociações para a Independência* – Edição Bilingue. Lisboa: Instituto Diplomático do Ministério dos Negócios Estrangeiros.
- MOREIRA, Adriano. (1977). *O Drama de Timor (Relatório da ONU sobre a Descolonização)*. Braga: Editorial Intervenção, Lda.
- PIRES, Mário Lemos. (1994). *Descolonização de Timor: Missão Impossível?*. Lisboa: Publicações Dom Quixote.
- PORTUGAL. Assembleia da República. Biblioteca. (1991). *Timor-Leste: Factos e Documentos / Biblioteca da Assembleia da República – Vol. I – Factos (1988-1991)*. Lisboa: Assembleia da República.
- RAMOS-HORTA, José. (1994). *Timor-Leste: Amanhã em Dili*. Lisboa: Publicações Dom Quixote.
- RISCADO, Francisco A., et al. (1981). *Relatório da Comissão de Análise e Esclarecimento do Processo de Descolonização de Timor – Relatórios da Descolonização de Timor – II*. Lisboa: Presidência do Conselho de Ministros.
- TAYLOR, John G. (1993). *Timor. A História Oculta*. Venda Nova: Bertrand Editora.
- VIEGAS, Telma Maria Canteiro V. (1998). *Migrações e Associativismo de Migrantes: Estudo do Caso Timorense*. Lisboa: Universidade Aberta, CEMRI (Centro de Estudos das Migrações e das Relações Interculturais) / Fundação Oriente.
- 25 (Os) Anos da “Questão de Timor-Leste” no Parlamento Português. (2000 e 2002), 3vols. Lisboa: Assembleia da República.



AILEU – Escola Portuguesa



AILEU – Memorial



BAUCAU – Mercado (Ruínas)



DÍLI – Cemitério Sta. Cruz



AILEU – Posto Administrativo



AILEU – Quinta Portugal



DÍLI – SAPT



DÍLI – Viatura de Cooperação Portuguesa



DÍLI – Embaixada de Portugal (Antiga ACAIT)



DÍLI – Igreja St. António de Motael



MAUBARA – Fortaleza



MAUBISSE – Pousada